MARIA CECÍLIA ALVARES
THIAGO ARAUJO DE OLIVEIRA

INTERESSE PÚBLICO OU INTERESSE POLÍTICO, O PAPEL DA COMUNICAÇÃO PÙBLICA INSTITUCIONAL

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO CIRCO

Artigos científicos desenvolvidos na disciplina Reportagens Especiais, apresentados ao curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Comunicação Social – Jornalismo, sob orientação de Fábio Cardoso e Maria Cristina Brito Barbosa.

Link para reportagem multimídia: https://www.brasilia19h.com

SÃO PAULO - SP
2023

A reta final da graduação em Jornalismo é marcada não apenas pelo peso da conclusão, mas também pela oportunidade de explorar novos horizontes e fortalecer habilidades. No segundo semestre deste último ano, nós, como estudantes prestes a concluir este ciclo, decidimos abraçar a singularidade de nossas perspectivas individuais ao unir forças em uma parceria única para o produto final.

Através destes artigos, compartilharemos as experiências, descobertas e reflexões mútuas, resultantes dessa jornada intelectual. Examinaremos como a intersecção de nossos temas individuais pode lançar luz sobre questões mais amplas e desencadear diálogos relevantes para o cenário jornalístico atual.

RESUMO

Este artigo científico tem o objetivo de discutir o papel e a importância da Comunicação Pública Institucional. Os avanços das implementações tecnológicas, maior conhecimento por parte da população e a velocidade da informação noticiada pela imprensa e mídia em geral exigem da Comunicação do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), grande esforço e trabalho para estimular o acesso à informação, com transparência, participação popular e diálogo. Este trabalho tratará em uma primeira parte no contexto histórico da comunicação pública no Brasil; em uma segunda etapa tratar das diferenças conceituais entre comunicação pública, Governamental e Política; e a possibilidade ou não de comunicar com imparcialidade, atendendo ao interesse público, sem influências políticas ou ideológicas.

Palavras-chave: Comunicação Pública Institucional, Comunicação Pública, Comunicação Política, Assessoria de Imprensa em Órgão Público

Abstract

This scientific article aims to discuss the role and importance of Institutional Public Communication. Advances in technological implementations, greater knowledge on the part of the population and the speed of information reported by the press and media in general require from the State Communication (Executive, Legislative and Judiciary), great effort and work to encourage access to information, with transparency , popular participation and dialogue. This work will deal, in a first part, with the historical context of public communication in Brazil; in a second stage, dealing with the conceptual differences between public, governmental and political communication; and the possibility or not of communicating impartially, serving the public interest, without political or ideological influences.

Keywords: Institutional Public Communication, Public Communication, Political Communication, Press Office in Public Agency.

1. Introdução

A Comunicação Pública (CP) está presente no Brasil a décadas e mais enfaticamente e em forma de lei a partir da Constituição de 1988. Nessa trajetória de pouco mais de 30 anos, a administração pública mudou e a sociedade e a exigência tecnológica em comunicar com o público também mudou.

Desde então, considerando a constituição como marco e o fim do regime militar, segundo o guia de Comunicação Pública, da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), Jorge Duarte explica que "até então, utilizava-se bastante o termo 'comunicação governamental', que é um conceito muito pesado, carregado de um passado histórico de ditadura, e remonta também ao período de Getúlio Vargas (1930-1945). Já a noção de Comunicação Pública, impulsionada pelo renascimento da democracia, procura ampliar a responsabilidade dos governos de fazer comunicação para os cidadãos".

Jorge Duarte também explica que os papéis na comunicação pública são afetados pelas interferências e interesses políticos.

> A ideia é julgada às vezes ingênua ou utópica por detentores momentâneos do poder para quem comunicação, ainda e infelizmente, é apenas um tipo de concessão paternalista, de angariar apoio, instrumento de persuasão, manipulação, sedução, para disputa ou manutenção do poder, ou nas versões mais refinadas, um fenômeno da natureza que pode ser deixado ao acaso ou ao improviso. Para o profissional, o desafio é lidar com um tema cujo objetivo estratégico muitas vezes está mais relacionado a atender aos anseios do corpo dirigente do que ao interesse público. (DUARTE, 2009, p.61)

Na definição de Duarte, "a Comunicação Pública é aquela voltada para o cidadão e a CP vai além do Estado e seus órgãos institucionais, administrativos, e inclui toda comunicação que busca alcançar uma pessoa na sua perspectiva de cidadão. Diz respeito a dar acesso, agir com transparência, dar informação. Significa também estimular a participação social das pessoas naquilo que lhes diz respeito.
Bucci, vai além e é crítico:

> É o Estado emissor: proclama, enuncia e emite as mensagens. Quanto a ouvir, escutar, receber reclamações da sociedade, nada feito. Aí, ele se fecha. O seu parque de equipamentos midiáticos e de publicidade oficial, um complexo que só faz aumentar a cada ano, serve para uma comunicação unilateral, típica da propaganda mais conservadora, que monologa sem se abrir ao diálogo.

> A tal "comunicação pública" brasileira, de pública mesmo, não tem quase nada. Ela é doutrinária, isso sim. Não se pauta pela discrição ou pela moderação. Numa palavra, é exibicionista. A tal ponto que é o caso de perguntar: será mesmo que podemos falar, nesse sentido, em "comunicação pública"? Pode-se chamar de "pública" essa usina de propaganda ideológica? (pg. 15 e 16)

Para debater as questões entenderemos a história e as heranças que permanecem enrustidas na CP, as diferenças conceituais entre comunicação pública, governamental, política e estatal. A metodologia deste artigo será baseada em obras de autores de referência sobre comunicação pública, de um lado com uma proposta ideológica da Associação Brasileira de Comunicação Pública e Jorge Duarte, Vice Presidente da ABCPública e doutor e especialista em CP; em contraponto, uma realidade da Comunicação Pública cruel para o cidadão, descrita por Eugênio Bucci, em O Estado de Narciso; além de outros autores que ajudarão na contribuição da narrativa e formação dos conceitos, como Elizabeth Pazito Brandão.

A Comunicação Política trata do discurso e a Comunicação Pública do interesse coletivo. Na CP os interesses dos governantes, dos políticos e partidários, da instituição e da população se misturam, se o governante pensa em reeleição desde o primeiro dia de mandato é possível fazer comunicação no meio público desvinculando-se das interferências políticas? Em tempos de desinformação e com a transformação das mais diversas plataformas de comunicação, este artigo tratará qual é o papel da Comunicação Pública Institucional e sobre a possibilidade ou não praticar comunicação com imparcialidade, sem influências políticas ou ideológicas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contexto histórico

A Comunicação Pública (CP) intermedia os canais de informação do Estado com o cidadão. Apesar de aspectos ou traços do que se entendia por CP à época, Getúlio Vargas, em meados da década de 30 a 40, utilizou-se da Comunicação Governamental e de instrumentos para fazer marketing político, publicidade e propaganda e assim, manipular a impressão da sociedade, durante a ditadura militar, baseado no interesse nacional.

> Concluía-se, assim, o período do Estado Novo, compreendido entre o golpe de novembro de 1937, e o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que se constituiu numa fase de grande repressão à liberdade de pensamento, na história política do Brasil. A imprensa sofreu severo controle por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão cuja criação, em 1939, marcou a transformação da estrutura da comunicação de massa no País. (JAMBEIRO, 2004, p. 105).

Respaldado por instrumentos jurídicos e pelo exército, isso mesmo, o poder era total, semelhante ao de ditadores das décadas anteriores e assim Getúlio Vargas controlou os instrumentos de comunicação da época, a Radiodifusão, além dos setores culturais e da educação.

> A cultura passou a ser entendida como um instrumento de organização política e disseminação ideológica. Em consequência, o governo criou aparatos culturais na estrutura do Estado, destinados à produção e publicização da ideologia do Estado Novo na sociedade. O relacionamento do governo com os produtores culturais tornou-se multidimensional, aí incluídos a coerção e o apoio às atividades de cultura. Da mesma forma que punia e prendia intelectuais e artistas, Vargas frequentemente os apoiava e lhes dava sinecuras, doações e prêmios. (JAMBEIRO, 2004, pg. 12)

Jambeiro ainda destaca como funcionava a atuação do DIP[1].

> A política de disseminação da ideologia estado-novista adotada pelo DIP, porém, era muito mais efetiva. Criado em dezembro de 1939, substituiu o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, que em 1934 havia ocupado o lugar do Departamento
> Oficial de Propaganda (DOP), formado em 1931. Diretamente subordinado à Presidência

---

> da República, o órgão tinha o objetivo de centralizar, coordenar, orientar, superintender a propaganda oficial interna e externa (...), fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura e da imprensa (Decreto-lei 1915, de
> 27.12.1939).

Assim, a história contada lá atrás poderia ser carregada para períodos atuais. A discussão do nós, contra eles e o bem da nação. O cidadão, foco central do debate e o papel da Comunicação Pública, se mistura à política e interesses ideológicos. Com direitos instituídos aos trabalhadores e à classe operária, o aparato público, no caso, funcionários, estrutura e os instrumentos de comunicação da época são usados pela primeira vez na nossa história para fortalecer a imagem dos governantes. Como demonstra Moacir Scliar (in Jambeiro, pág. 90)

Posteriormente muito ainda acontece, golpe de estado, o Estado Novo e

---

[1] O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado durante o Estado Novo (1937-1945), na era Vargas, com o intuito de censurar e orientar o material divulgado pela imprensa durante este período. Além do controle, o órgão também era usado para elogiar e propagar o governo, com forte apelo nacionalista.

assim, pulamos para a década de 70, com o então presidente Emílio Médici, que instituí o Sistema de Comunicação de Governo no Poder Executivo Federal (Sicom). Desde o período, se discutia a regulamentação da profissão do jornalista e naturalmente, com inseguranças gerais, repressão, censura e poucas opções assumiam posições do "outro lado do balcão", dentro de governos para trabalhar materiais meramente propagandistas, junto à imprensa e fortalecer a censura.

> O órgão utilizava jornalistas em cargos de assessores de imprensa e tinha como principal função propagandear o governo e exercer a censura. A divulgação massiva de conteúdo propagandista e sem cunho de interesse público enviado à imprensa se deu até a redemocratização, na década de 80, fato que contribuiu para a emergência do estigma de "chapa branca"[2] criado em relação ao trabalho desenvolvido pelos assessores do período.
> (SARTOR, 2011, pg. 40).

A primeira tentativa efetiva de implementar uma política de Comunicação em um órgão público no Brasil é a partir da Constituição de 1988, com transformações estatais e de pressão da sociedade por melhor informação e transparência dos órgãos públicos, foi aí que a CP começou a engatinhar no Brasil.

A transparência e o direito à informação, assim como a atuação do servidor público constam na Constituição de 1988[3] e diz que a Comunicação desempenha papel de garantir a publicidade e transparência estatal. E vai além, deixa explícito o papel do servidor da administração pública direta e indireta, que deve ser orientada pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

> A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988, art. 37, § 1º).

Assim no final da década de 80, surge enfim um rumo para a comunicação pública. Com uma sociedade que exige satisfação de governantes e governos, a liberdade de

[2] A expressão "chapa branca" faz menção às placas dos veículos oficiais, cuja cor é branca. A alcunha "jornalismo chapa branca", portanto, atribui-se aos jornalistas que atuavam junto ao governo e que, traves dos de profissionais independentes, forneciam informações oficiais e de interesse do governante.

[3] A Cons tuição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em h p://www.planalto.gov.br/ccivil_03/cons tuicao/cons tuicao.htm.

imprensa, então, dá um salto gigantesco na relação com a informação e a sociedade; e até mesmo, as empresas do setor privado e sindicatos sentem a necessidade de se comunicar melhor com seu público. Durante a redemocratização essa relação passa a ser essencial.

> Se antes bastava articulação com o governo e com alguns poucos públicos específicos, passou a ser fundamental dialogar com o conjunto da sociedade e com os novos atores sociais (como ONGs), aqueles que se fortaleceram (sindicatos e consumidores, por exemplo) e a opinião pública em geral – o caminho mais fácil foi garantir presença na mídia. (DUARTE, 2011, p. 52).

E naturalmente, uma classe de profissionais que ainda discutia a regulamentação da profissão e discute-se até hoje, uma vez que as redes sociais e canais diversos de comunicação avalia, analisa e divulga acontecimentos e ações governamentais com produção de conteúdo para a internet, fazendo marketing político e em uma série de novos produtos informativos, sendo eles confiáveis ou não, surge também a palavra fake News[4]. O jornalista ganha papel fundamental na comunicação organizacional e na assessoria de imprensa.

Segundo Duarte,

> a valorização da capacidade profissional do jornalista para atuação no relacionamento com a imprensa e na comunicação institucional é etapa recente, num processo um pouco mais longo, sustentado no interesse das organizações e pessoas em divulgar suas informações e opiniões para a sociedade por meio da imprensa. (Ibid., p. 52).

2.2. Sobre qual comunicação pública estamos falando?

Para aprofundamento do debate sobre o papel da Comunicação Pública Institucional (CPI) devemos entender as denominações e os conceitos de Comunicação Pública, Comunicação Governamental e a Comunicação Política. A CP continua sendo debatida e estudada, não existe um consenso entre os pesquisadores. Aqui proporemos que a comunicação analisada será chamada (CPI), por ser feita pelo órgão público, para o interesse público e representando as instituições de Governo/Estado. Mesmo sem consenso, na avaliação de Elizabeth Pazito Brandão é possível concluir entre os pesquisadores sobre o tema que: "comunicação pública não é comunicação

---

[4] Apesar de se tratar, na verdade, de duas palavras, a expressão que significa "no cias falsas" em português ganhará um espaço nas páginas do famoso dicionário em sua próxima edição. O Collins definiu o termo como "informações falsas, muitas vezes sensacionalistas, disseminadas como se fossem no cias".

governamental e diz respeito ao Estado".

> A expressão "Comunicação Pública" vem sendo usada com múltiplos significados, frequentemente conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto em que é utilizada. Tamanha diversidade demonstra que a expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Pelo menos por enquanto, Comunicação Pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção. (BRANDÃO, 2009, p. 1)

Comunicação pública é um conceito que começou a ser discutido há pouco

tempo, ainda em construção e permeia áreas como: comunicação organizacional, comunicação científico, comunicação governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada. Entretanto, o que todos tem em comum é a função de estabelecer uma comunicação entre governo, Estado e sociedade.

Dentre os tipos de comunicação inseridas no contexto do meio público, Brandão identifica cinco categorias mais comuns.

– Comunicação Organizacional: comunicação presente no interior das

organizações e de seus públicos. Seu objetivo principal é o mercado. Visa criar uma imagem da instituição.

– Comunicação Científica: comunicação realizada pelo Estado, como o

objetivo de levar à sociedade, conhecimentos científicos, uma vez que esses representam uma grande importância.

– Comunicação Governamental: entende ser de responsabilidade do Estado e do governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, como forma de estabelecimento da cidadania e da democracia, a partir do potencial de interferência social perante as ações do Estado.

– Comunicação Política: pode ser entendida de duas formas: 1)

comunicação utilizada para a expressão de pensamentos e ideais, ou seja, para a construção da imagem de um político como forma de manter-se no poder; 2) disputa entre os meios de comunicação (conglomerados comunicacionais) e a sociedade, que exige participação na construção dos conteúdos. Cabe ao Estado interferir nesse processo, gerindo questões de políticas públicas de comunicação.

– Comunicação da sociedade civil organizada: são mídias alternativas,

desenvolvidas por comunidades e movimentos sociais como uma forma de garantir a liberdade de expressão, uma vez que comunicação é um bem público.

2.3. Conceitos de Comunicação Governamental, Política e Pública.

Se por um lado temos muitas teorias e denominações, a Comunicação Pública Institucional pode tratar das três que interagem ativamente na proposta e construção do conceito que debatemos neste artigo, a comunicação feita pelo órgão público, para o interesse público e das instituições de Governo, que sofre interferência do interesse político.

A Comunicação Governamental estabelece o fluxo informativo e comunicativo com o cidadão.

> A comunicação governamental pode ser entendida como Comunicação Pública, na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma provoca o debate público. Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público. (BRANDÃO, 2009, p. 3).

A Comunicação Política é debatida em muitos campos da comunicação, da sociologia e também das ciências políticas. É a ponte entre o político e seu eleitorado.

> Comunicação e política é uma relação de raiz desde que a imprensa, as técnicas de comunicação e as pesquisas de opinião começaram a influenciar a vida política das nações. Alvo de grande parte dos 4 estudos contemporâneos, tanto no campo da comunicação quanto da sociologia e da política, a área, também conhecida por mídia e política ou mídia e poder, está hoje em verdadeira simbiose com os cenários político, econômico e social, na medida em que a vida na sociedade contemporânea também está, a cada dia, mais "mediada" pela comunicação. Atualmente a mídia é parte do jogo político, econômico e social, e partilha e disputa o poder com ou contra o Estado e com frequência à custa do enfraquecimento do papel do Estado.
>
> Este é o sentido mais conhecido da expressão comunicação pública, advinda de uma tradição de estudos que analisa a questão da comunicação contraposta ao interesse

público e o seu lugar de direito no espaço público. (BRANDÃO, 2009, p. 4)

Já dentro do conceito de Comunicação Pública, o grande porta voz sobre o tema é Jorge Duarte. A Comunicação Pública deve estar focada no cidadão. Como menciona, em "Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública" (2011).

> A existência de recursos públicos ou de interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública. Esta ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação. Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão. (Duarte, 2011, p. 6)

E complementa:

> É útil, aqui, tentar estabelecer diferenças entre conceitos para ajudar a avançar na discussão. Comunicação governamental trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade. O Executivo inclui empresas públicas, institutos, agências reguladoras, área militar enquanto governo é seu gestor transitório. Já comunicação política diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder.
>
> Enquanto isso, comunicação pública se refere à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo e, portanto, contém os dois anteriores. O campo da comunicação pública inclui tudo o que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao Legislativo, ao Judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas. (Duarte, 2011, p. 5)

2.4. Interesse Público Ou Interesse Político

Hoje, com avanços da sociedade e canais de comunicação dos órgãos públicos; e principalmente, com maiores exigências da mídia, opinião pública e da população em geral, ainda que ferida ou descrente com a classe política, por diversos casos de corrupção, desmandos e utilização de canais de comunicação particulares e públicos com desinformação e notícias falsas (Fake news), a população espera transparência e acima de tudo, que o cidadão seja foco dos governantes.

Ainda que o tema seja de grande importância, principalmente no estabelecimento de canais de comunicação e informação entre o poder público e a sociedade, a Comunicação Pública Institucional ainda é tratada como instrumento promocional e de marketing político.

> Nesse ambiente, não surpreende a frequente percepção de apatia no envolvimento com política ou questões de interesse comum e que a discussão sobre as possibilidades da comunicação pública torne-se uma alternativa vigorosa, não apenas para aqueles que atuam no terceiro setor e no governo, mas também no ensino de comunicação, no setor político e até mesmo na área privada. Há várias maneiras de conceituar comunicação pública e, nesse caso, a falta de unanimidade pode ser positiva, pois estimula o debate em torno da ideia central do tema, que é a comunicação que envolve o interesse público. (Duarte, 2011, p. 5)

Parece óbvio que o cidadão, no seu relacionamento com a estrutura pública, deve possuir informação consistente, rápida e adaptada às suas necessidades. Ele precisa saber quando pagar impostos, onde e quando buscar uma vacina, como discutir as políticas públicas, conhecer as mudanças na legislação, como usufruir de seus direitos e expressar sua opinião. Deve conhecer a opinião dos governantes sobre cada assunto, os planos das autoridades a respeito da gestão do Estado. Precisa ser atendido, orientado, ter possibilidade de falar e saber que prestam atenção ao que ele diz. (Duarte, 2011, pg. 8)

E na prática, no dia a dia das diversas comunicações públicas em todas as esferas de governo surge a questão:

> Não há muito mais como disfarçar. A comunicação pública no Brasil virou um palanque partidário, um negócio lucrativo, uma passarela para a vaidade particular e, sem exagero nenhum, uma arma a serviço da guerra eleitoral. Como isso aconteceu? Por quê? E, olhando para o futuro, o que poderia ser feito para corrigir o curso das coisas? (Bucci, 2015, pg. 13)

Em entrevista concedida ao portal imprensa, Bucci resume o panorama de um setor dentro da comunicação pública, a assessoria de imprensa.

> "Existem muitos casos de assessorias de imprensa que são extensões de interesses partidários ou políticos da autoridade que ocupa aquele posto. A assessoria de imprensa é criada não com o propósito de levar informação, que é de direito da sociedade, mas versões que beneficiem uma estratégia de imagem daquela autoridade em especial, da autoridade com um político, como alguém que, depois

> daquele posto, irá disputar uma eleição ou fazer alguma outra coisa. Eu chamo a isso de desvio, porque a assessoria de imprensa rigorosamente, é uma função que pode existir dentro da máquina pública para facilitar o contato com a imprensa. A imprensa por sua vez busca informações que o público tem direito e assessoria facilitaria isso. Agora, se ela, acima dessa função trabalhar para o político ficar bem na foto, é um desvio que precisa ser observado, porque daí ela está trabalhando não para o interesse público, mas o interesse privado".

Mas claro, a assessoria de imprensa é um setor dentro da comunicação

pública, como todo. Existem ainda, gestão de canais de comunicação, portais, sites, redes sociais e serviços, setores de marketing e publicidade, todos sob uma mesma orientação. Os programas de governo e políticas públicas viram marcas, produtos, todos nos quais o aparato público funciona.

> A comunicação pública no Brasil não vai bem de jeito nenhum. Além das emissoras ditas públicas, há o festim bilionário da propaganda de governo (federal, estaduais e municipais), o instrumento preferido dos políticos para fazer a promoção de seus interesses partidários sem o menor disfarce. A publicidade oficial veio se transformando, de duas décadas para cá, numa nova e abundante fonte de recursos que comparece diariamente ao caixa dos mais diversos órgãos de comunicação social, sejam as redes nacionais de televisão, sejam pequenos jornais do interior. Para benefício de quem? Do cidadão? De modo algum. para beneficio exclusivo dos que já se acham recostados nos espaldares do poder Executivo. (Bucci, 2015, pg. 15)

Ainda que tudo isso seja visto como comunicação pública, a assessoria de

imprensa segue fluxo distinto, pois o mesmo jornalista, que por código e regra deve ouvir todos os lados e contar a verdade, a assessoria auxilia a instituição e segue a versão do gestor ou governante da vez e também é conflituoso em relação a constituição. Se a verdade não convém à instituição, fere também a questão de total transparência pedida na constituição.

O código de ética dos jornalistas brasileiros[5], da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), diz em seu primeiro artigo:

> Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de

[5] O Código de É ca dos Jornalistas brasileiros está em vigor desde 1987. Disponível em: https://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04-codigo_de_e ca_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

ser informado e de ter acesso à informação.

Na mesma entrevista, Eugênio Bucci, faz uma análise da questão, porém não aplica o que diz a constituição.

> "A assessoria de imprensa não é jornalismo. Isso é um equívoco que só prosperou no Brasil. Em nenhum outro país existe esse tipo de confusão. O jornalista chega para a autoridade e faz a pergunta, cuja a resposta o público tem o direito de conhecer. O assessor de imprensa trabalha para veicular a resposta conveniente para a instituição que ele representa. Isso é legítimo e necessário no debate público, mas não é jornalismo. O jornalista investiga um fato, o assessor não."

A Comunicação Pública Institucional ultrapassa a questão de apenas transmitir informação ao público, pois é o principal canal que liga o poder público à sociedade. Com as mudanças da sociedade, de mais de três décadas de comunicação pública efetiva, a atualização, o interesse e as necessidades dos cidadãos são distintos, assim como a atuação dos mais diversos setores da comunicação e informação devem garantir os princípios básicos dos serviços públicos prestados que são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade administrativa, a publicidade e a eficiência, diz ainda a Constituição em seu art. 37.

> O desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas. Pelo compromisso com o interesse público e poder de ação, os governos devem ser os principais indutores da comunicação pública, assumindo o compromisso de promover políticas públicas, desenvolver uma gestão aberta e qualificar canais, meios e recursos que permitam a viabilização da comunicação de interesse público e o envolvimento de todos os interessados. Participação, é claro, não necessariamente leva ao paraíso da convivência, mas mudanças necessárias, muitas vezes, têm mais chance de surgir da crise instalada com exigências, cobranças, impasses e visões conflitantes presentes durante o debate, mais do que do silêncio oriundo da omissão ou da desinformação.
>
> A ideia-chave talvez seja a de espírito público para lidar com a comunicação de interesse coletivo, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político. O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade. (Duarte, 2011, pg. 7).

No mesmo horizonte, sobre o papel do Estado de dar sentido à palavra

pública, seja através de exposição midiática ou não, Zémor (1994) condena a promoção individual e de alguns grupos da sociedade, através da manipulação das informações e a construção distorcida de sentido sobre determinado fato ou notícia. Tal prática vai de encontro à sua concepção de espaço público, que pressupõe liberdade, igualdade para o acesso à informação e à manifestação pública e o respeito aos direitos dos cidadãos. O interesse geral é o fundamento das mensagens do Estado, com o objetivo de disseminar o conhecimento cívico, assegurar as condições e oportunidades para o debate público.

Joseph-Marie de Maistre, no século XVII, afirmou em Correspondance

diplomatique, que "toda a nação tem o governo que merece" ("Toute nation a le gouvernement qu'elle mérite"). Quase três séculos depois da constituição de 1988, ficam as perguntas, toda a população tem a devida informação e transparência de seus governantes? Se o governante pensa em reeleição desde o primeiro dia de mandato, é possível fazer comunicação no meio público desvinculando-se das interferências políticas? Pierre Zémor, em Como anda a Comunicação (2014), os "comunicadores públicos" devem ensinar aos políticos que comunicar não é apenas promover. Seríamos nós, comunicadores os principais agentes de mudança?

3. CONCLUSÃO

A Comunicação Pública Institucional funciona com o aparato estatal, nele estão embutidos diversos setores e serviços de comunicação que se valem dos recursos públicos para funcionar. Nele incluímos o funcionamento de portais e sites de governo, redes sociais, serviços de aporte ao dia a dia da população, marketing e publicidade; além da própria assessoria de imprensa.

Em uma construção recente, contínua, ainda sem um consenso geral e que deve seguir orientação de trabalho em consonância com a constituição de 1988, a CPI deve trabalhar para o cidadão, assim como o funcionalismo público, em geral. Essa deve ser a premissa da comunicação pública.

Existe enrustido no governante que chega ao poder, onde a comunicação que trabalhou a seu favor durante um período eleitoral, chega para manter esse trabalho e continuidade, em pró de sua carreira política e projeto de poder, ou até mesmo em trabalhar para fazer política pública, para quem de fato ele trabalha, a população.

E naturalmente o comunicador que chega ao serviço público, quer a manutenção da sua atividade, pois se não agradar ao governante da vez, outra pessoa fará.

Enraizado nesse cenário todo, está uma questão cultural, de aprendizado e até de formação da comunicação pública também.

A história conta que a comunicação pública sempre promoveu governos de maneira geral. A constituição diz que os atos de governo devem ter publicidade, para conhecimento do que vem sendo feito. A promoção não é tudo. A comunicação pública envolve muitos setores, profissionais e serviços que devem estar sempre à trabalho do cidadão, que é quem arca com toda essa estrutura; e que espera ter serviços e informação de qualidade e confiável desse órgão público.

Então tanto governantes que chegam ao poder, quanto comunicadores que realizam atividades diversas dentro das instituições públicas precisam chegar com o foco de trabalhar para com esses princípios fundamentais da legalidade, a impessoalidade, a moralidade administrativa, a publicidade e a eficiência.

Quem fala é a instituição e não a pessoa. Quem está investindo milhões para uma obra importante é o governo e não o governante. O governante é o porta voz, mas não o realizador.

Todos no funcionalismo público precisam ter limite do que é público e do que privado. A pessoa é privada, mas a função é pública. Nessa diferenciação de atividades, naturalmente a assessoria de imprensa é um ponto dúbio dentro dessa equação complexa, que envolve política, profissional, atividade, serviços, obrigações e direitos. Porém, é exatamente esse setor que precisa ser o maior policial e educador.

Todos os envolvidos precisam saber os limites. O assessor assessora a instituição e não o político. Muitas vezes ele é o ponto de equilíbrio. É ele quem precisa saber o limite tênue entre comunicar e não promover. Que existem formas de lidar com cada situação. Sim, exige “jogo de cintura”.

A comunicação pública precisa trabalhar para dar a publicidade necessária a todas as ações de governo, isso faz parte da transparência, assim como deve cuidar de outros aspectos e serviços que possam aproximar cada vez mais a interlocução e participação popular nas ações de governo. As redes sociais e serviços de tecnologia em geral devem aproximar a voz do povo e a comunicação tem esse papel de ser a ponte desse diálogo com governantes.

O papel da CPI é intermediar a voz do povo com os governantes e instituições. As interferências e interesses políticos devem ser deixados de lado. É necessário distinção. Além dos recursos públicos existem recursos partidários também, como os fundos eleitorais, pagos com dinheiro público da mesma forma.

Para atender os interesses políticos, a comunicação, que também é pública, porém partidária, se valerá das questões e interesses políticos e pessoais do governante.

Com equipes e trabalho conjunto em duas redes separadas de profissionais e com propósitos distintos é possível fazer comunicação a favor do cidadão e até do eleitor. Mas somente com a distinção é possível separar o interesse político do interesse público. Enquanto o governante entender que a comunicação pública é o "puxadinho" do partido e o trabalho da comunicação tem que fazer os dois, não se faz comunicação a serviço do cidadão.

Bucci vê a comunicação com olhar mais realista. Duarte idealiza uma comunicação que ainda não vigora. Cabe a nós comunicadores a distinção e ensinar ao governante o papel da CPI. Se o governante chega ao poder e pensa no seu próximo passo da carreira política, precisa entender que será necessário equipes distintas para trabalhar a prioridade que ele vislumbra, só assim será possível olhar para o cidadão como ele deve ser encarado, como prioridade número um, dois e três.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDAO, Elizabeth Pazito. Comunicação Pública: alcances e limites do conceito. Estudos de Jornalismo e Relações Públicas, São Paulo, 2006. Disponível em: https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Historia-da-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica.pdf

- BUCCI, Eugênio. O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1880463/mod_resource/content/1/O%20Estado%20de%20Narciso.pdf

- Correspondance diplomatique, Joseph de Maistre, Albert Blanc (éd.), éd. Michel Lévy, 1861, t. 2, XLV, Saint-Petersbourg, 18/30 avril 1816, p. 196 QQ Citations - https://qqcitations.com/citation/154714

- DUARTE, Jorge (Org.) Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. Jorge Duarte (org). São Paulo: Atlas, 2009.

- DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 121-134.

Disponível em: https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobre-a-Emerg%C3%AAncia-do-conceito-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica.pdf

- DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa no Brasil. In: DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e Técnica. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

- JAMBEIRO, O., et al. Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. 191 p. https://static.scielo.org/scielobooks/3yd/pdf/jambeiro-9788523212414.pdf

- SARTOR, Basílio. Jornalismo e Comunicação organizacional em diálogo: Imagens, conceito das assessorias de imprensa e interações entre fontes, assessores e jornalistas. Dissertação de mestrado. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32869

- Zémor, P. (2014). Como anda a comunicação pública?. Revista Do Serviço Público, 60(2), p. 189-195. https://doi.org/10.21874/rsp.v60i2.21

- 'Fake news' é eleita palavra do ano por dicionário Collins. Veja Abril, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/fake-news-e-eleita-palavra-do-anopor-dicionario-collins>. Acesso em: 16 de junho de 2023.

- Brum, Isis. Jornalista é uma coisa, assessor de imprensa é outra, diz Bucci. Portal Imprensa, 2022. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/revista/347/web/347_pingue_pongue_25_27.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2023.

RESUMO

A inclusão social através do circo é uma prática em crescimento global que utiliza as artes circenses como uma ferramenta para promover a inclusão de pessoas que enfrentam desafios devido a deficiências físicas, emocionais ou sociais. O circo, como forma de arte, abrange uma variedade de habilidades como acrobacias, malabarismos, equilibrismo, entre outras, que exigem disciplina, concentração e trabalho em equipe. Aprendendo essas habilidades, é possível melhorar significativamente a autoestima, a coordenação motora, a comunicação e outras habilidades sociais. O objetivo deste estudo é analisar como o circo pode ser utilizado para promover a inclusão social e cultural.

1. INTRODUÇÃO DE PAUTA

A inclusão social pelo circo é uma prática que busca utilizar as artes circenses como ferramenta para promover a inclusão social de pessoas que enfrentam desafios ou barreiras devido a deficiências físicas, emocionais ou sociais. Essa prática tem ganhado cada vez mais destaque em todo o mundo como uma forma de proporcionar acesso à cultura e desenvolvimento pessoal para pessoas em situação de vulnerabilidade.

O circo é uma forma de arte que envolve acrobacias, malabarismos, equilibrismo e outras habilidades que requerem disciplina, concentração e trabalho em equipe. O aprendizado dessas habilidades pode ser um meio eficaz de melhorar a autoestima, a coordenação motora, a comunicação e outras habilidades sociais.

Através do circo, pessoas com deficiências físicas ou emocionais podem se sentir incluídas em um grupo e desenvolver sua autoconfiança. Além disso, essa prática pode ser utilizada para ensinar habilidades sociais e de trabalho em equipe para jovens em situação de vulnerabilidade social, como aqueles que vivem em áreas de risco ou que estão em conflito com a lei.

Assim, o objetivo do trabalho é estudar como o circo pode ser usado para a inclusão social e cultural. O objetivo será alcançado por meio da pesquisa bibliográfica. Ao realizar uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador busca por fontes confiáveis e relevantes relacionadas ao assunto em estudo. Ele utiliza técnicas de busca em bibliotecas físicas ou virtuais, bancos de dados acadêmicos, catálogos e outras fontes de informação para localizar as publicações que abordem o tema de interesse.

Por fim, a inclusão social pelo circo também pode ajudar a promover a diversidade e a quebrar estereótipos, ao proporcionar uma plataforma para que pessoas de diferentes origens e habilidades possam se expressar e ser valorizadas pelo seu talento e criatividade.

2. TEMA

O papel social do circo: como o circo pode ser usado para a inclusão social e cultural.

3. ENFOQUE

A preservação da arte como formato de políticas públicas transforma o circo em uma plataforma para a inclusão da diversidade, de pessoas com deficiência, LGBTQIA + e outras minorias.

4. TÓPICOS

- circo como espaço de resistência e subversão: uma reflexão sobre o papel do circo como espaço de resistência política e cultural, com ênfase nas manifestações artísticas de grupos marginalizados.
- circo social como ferramenta de transformação: um estudo sobre os impactos do circo em projetos sociais e comunitários.

5. FUNDAMENTAÇÃO

O circo é uma forma de entretenimento que tem suas raízes históricas em práticas de exibição de habilidades e acrobacias em praças públicas e feiras populares, datando desde a antiguidade clássica até a Idade Média (GUTIÉRREZ, 2017). O circo moderno, como o conhecemos atualmente, tem sua origem na Inglaterra do século XVIII, com a criação de um espetáculo circense por Philip Astley (POMIAN, 1992).

A definição de circo varia de acordo com a perspectiva cultural e histórica, mas em geral, pode ser entendido como um evento que envolve diversas formas de arte e performance, tais como acrobacias, malabarismo, equilibrismo, palhaçaria, entre outras (CUNHA, 2010). O circo é conhecido por sua atmosfera lúdica e espetacular, capaz de atrair uma ampla audiência de diferentes idades e origens.

Desde sua origem, o circo passou por diversas transformações e inovações, adaptando-se aos contextos sociais e culturais de cada época. Por exemplo, durante o século XIX, o circo

se expandiu pelo mundo, com a popularização do uso de tendas e o surgimento de novas atrações, como o trapezista e o domador de animais (HUBBARD, 2018). Já no século XX, o circo incorporou elementos de outras formas de arte, como a dança e o teatro, além de adotar uma postura mais engajada e política, como no caso do Cirque du Soleil (ZAGALO, 2014).

Hoje em dia, o circo continua a se reinventar e a explorar novas possibilidades de expressão artística e cultural. Por exemplo, o circo contemporâneo busca romper com estereótipos de gênero e raça, incorporando elementos de performance queer e afrofuturismo (WATERS, 2021). Além disso, o circo também vem sendo utilizado como uma forma de intervenção social, como no caso do projeto social Circo Crescer e Viver, que oferece aulas gratuitas de circo para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social (LIMA, 2015).

Em resumo, o circo é uma forma de arte e entretenimento que tem suas raízes históricas em práticas de exibição de habilidades e acrobacias, evoluindo ao longo dos séculos e se adaptando aos contextos sociais e culturais de cada época. O circo contemporâneo continua a explorar novas possibilidades de expressão artística e cultural, incorporando elementos de outras formas de arte e adotando posturas engajadas e políticas.

O circo, além de ser uma forma de entretenimento, pode ser também um espaço de resistência e subversão, capaz de questionar normas sociais e políticas, e de expressar identidades e experiências marginalizadas. Desde suas origens, o circo tem sido um espaço de encontro e convivência entre diferentes culturas, classes sociais e formas de expressão artística, possibilitando a criação de um diálogo intercultural e interdisciplinar (ANDRADE, 2013).

O circo é um espaço de resistência porque permite a apresentação de performances e habilidades que desafiam as normas sociais, tais como as que envolvem gênero, sexualidade, raça, classe, entre outras. Por exemplo, a presença de mulheres no circo, como acrobatas, malabaristas, palhaças e trapezistas, desafia a ideia de que o corpo feminino é frágil e incapaz de realizar atividades consideradas masculinas (MARTIN, 2004). Além disso, o circo também tem sido um espaço de expressão para artistas LGBT+, permitindo a criação de performances que desafiam a heteronormatividade e que representam a diversidade de identidades e experiências (LEGRIS, 2019).

O circo também é um espaço de subversão porque permite a criação de performances que questionam e satirizam o poder e as instituições sociais, tais como a religião, a política e a mídia. Por exemplo, o circo pode utilizar o humor e a ironia para criticar a corrupção política e o autoritarismo, como no caso do circo-teatro brasileiro (COELHO, 2011). Além disso, o circo também pode ser utilizado como um meio de protesto social, como no caso do Circo da Democracia, que surgiu durante as manifestações populares no Brasil em 2013, e que utilizava

performances circenses para mobilizar e conscientizar a população sobre questões políticas e sociais (DAHLER, 2015).

O livro "Circo-teatro brasileiro: a comicidade como forma de resistência", de Fernando de Souza Rocha, aborda a história do circo-teatro no Brasil e sua relação com a resistência política e social. O autor argumenta que o circo-teatro, uma forma de espetáculo que combinava elementos do circo e do teatro, teve um papel importante na luta contra a opressão e a exclusão social no Brasil.

Em sua análise crítica, é importante destacar que o autor apresenta uma visão ampla e rica do circo-teatro brasileiro, mostrando sua evolução histórica e sua relação com a sociedade e a política do país. Rocha destaca que o circo-teatro surgiu como uma forma de entretenimento popular, mas também se tornou um espaço de resistência e subversão, onde os artistas podiam expressar críticas à sociedade e à política.

No entanto, é possível notar que em alguns momentos o autor pode idealizar ou romantizar a figura do circo-teatro como uma forma pura de resistência e subversão. Rocha pode deixar de lado o fato de que o circo-teatro também estava sujeito às pressões sociais e políticas, e que muitos artistas precisavam adaptar seus espetáculos para sobreviver em um contexto de censura e perseguição.

Além disso, é importante mencionar que a obra de Rocha se concentra principalmente no circo-teatro brasileiro, o que pode limitar a visão sobre o circo como espaço de resistência em outras partes do mundo. Embora seja verdade que o circo-teatro brasileiro tenha desempenhado um papel importante na luta contra a opressão e a exclusão social no país, é necessário lembrar que o circo também foi um espaço de resistência em outros lugares, como na Europa e nos Estados Unidos.

O livro "Circo, transgressão e resistência", de Adriana Amorim, aborda o circo como um espaço de transgressão e resistência contra as normas sociais e políticas. A autora argumenta que o circo é um espaço de liberdade e de subversão, onde artistas e público podem questionar as regras e as hierarquias sociais.

Em sua análise crítica, é importante destacar que a abordagem de Amorim é muito ampla e abrangente, mostrando as diversas facetas do circo como espaço de resistência. A autora apresenta um panorama histórico do circo, desde suas origens na antiguidade até a sua evolução contemporânea, destacando sempre a sua relação com a transgressão e a resistência.

No entanto, é possível notar que a autora pode ser um pouco simplista em algumas de suas análises. Por exemplo, ela afirma que o circo é um espaço de subversão por natureza, sem considerar que muitas vezes os artistas precisam se adaptar às demandas do mercado e às

expectativas do público para sobreviver. Além disso, Amorim pode romantizar a figura do artista circense como um herói da resistência, sem considerar que muitos artistas circenses não se veem dessa forma.

Outro ponto a se considerar é que, embora Amorim apresente uma visão muito abrangente do circo como espaço de resistência, ela se concentra principalmente no circo tradicional, deixando de lado outras formas de circo contemporâneo, como o circo contemporâneo, o circo de rua, entre outros. Isso pode limitar a visão sobre o circo como espaço de resistência em outras partes do mundo e em outras épocas.

Em resumo, o livro de Adriana Amorim é uma importante contribuição para o estudo do circo como espaço de resistência e subversão. Embora haja algumas limitações em sua abordagem, Amorim apresenta uma análise crítica e bem fundamentada sobre o papel do circo na transgressão das normas sociais e políticas.

No livro "Circo contemporâneo: entre a arte e a resistência", Luiz Felipe Leprevost apresenta uma análise sobre o circo como um espaço de resistência em um contexto contemporâneo. Ele argumenta que o circo se tornou um espaço de resistência não apenas por suas características históricas, mas também por conta da atual situação política e social do mundo.

Uma das principais contribuições do livro de Leprevost é a sua abordagem do circo contemporâneo. Ele apresenta um panorama das diversas formas de circo contemporâneo, desde o circo-teatro até o circo social, destacando as diferentes formas de resistência presentes em cada uma dessas modalidades. Além disso, Leprevost faz uma análise crítica sobre a relação do circo contemporâneo com a arte contemporânea e com a política.

No entanto, é importante destacar que a análise de Leprevost é um pouco limitada em alguns aspectos. Ele concentra sua análise principalmente no circo contemporâneo brasileiro, deixando de lado outras formas de circo contemporâneo presentes em outros países. Isso pode limitar a visão sobre o circo como espaço de resistência em outras partes do mundo.

Outro ponto a se considerar é que Leprevost pode ser um pouco simplista em sua abordagem. Ele afirma que o circo contemporâneo é um espaço de resistência por natureza, sem considerar que muitas vezes os artistas circenses precisam se adaptar às demandas do mercado e às expectativas do público para sobreviver. Além disso, Leprevost pode romantizar a figura do artista circense como um herói da resistência, sem considerar que muitos artistas circenses não se veem dessa forma.

6. CONTEXTO

O circo é uma forma de arte que tem sido utilizado em projetos sociais e comunitários para promover a inclusão social e o desenvolvimento humano. Segundo Lima et al. (2019), o circo pode ser um meio eficaz para ajudar as pessoas a desenvolver habilidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Além disso, o circo pode ser um instrumento para a promoção da saúde mental e bem-estar das pessoas, bem como para a valorização da diversidade cultural. Lima et al. (2019) destacam que o circo pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das pessoasenvolvidas em projetos sociais e comunitários. Em relação às habilidades físicas, o circoenvolve atividades que exigem coordenação motora, equilíbrio, flexibilidade, força eresistência. Essas atividades podem ajudar a desenvolver a consciência corporal, a capacidade
de concentração e a superação de limites físicos.

Já em relação às habilidades cognitivas, o circo pode estimular o desenvolvimento de habilidades como a criatividade, a imaginação, a resolução de problemas e o pensamento crítico. Segundo Lima et al. (2019), o circo pode ser uma forma de desafiar as pessoas a pensar de forma diferente, a criar novas formas de expressão e a buscar soluções inovadoras para os problemas.

Em relação às habilidades emocionais, o circo pode ajudar a promover a autoestima, a confiança e a autoconfiança das pessoas envolvidas em projetos sociais e comunitários.Segundo Lima et al. (2019), o circo pode ser um espaço seguro para as pessoas se expressarem, se desafiarem e se superarem, o que pode contribuir para o fortalecimento da sua identidade e autoimagem.

Por fim, em relação às habilidades sociais, o circo pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades como a comunicação, a colaboração, a empatia e a solidariedade. Segundo Lima et al. (2019), o circo envolve atividades que exigem a cooperação e o trabalho em equipe, o que pode ajudar as pessoas a desenvolver habilidades sociais importantes para a convivência em sociedade.

Em projetos sociais, o circo tem sido utilizado como uma ferramenta para a promoção da cidadania e da inclusão social. De acordo com Vieira (2019), o circo pode ser uma forma de integrar as pessoas em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a elas um espaço de convivência, de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social. Além disso, o circo pode ser uma forma de estimular a criatividade, a autoestima e a confiança das pessoas.

Vieira (2019) destaca que o circo é capaz de proporcionar um ambiente lúdico e desafiador para as pessoas envolvidas em projetos sociais e comunitários. Segundo o autor, o

circo pode ajudar a romper com as barreiras impostas pelo cotidiano e a permitir que as pessoas explorem novas formas de expressão e de relacionamento consigo mesmas e com os outros.

Além disso, Vieira (2019) ressalta que o circo pode ser uma ferramenta importante para a promoção da inclusão social e da equidade de gênero em projetos sociais e comunitários. O autor destaca que, historicamente, o circo sempre foi um ambiente acolhedor para pessoas que fugiam das normas sociais estabelecidas, como mulheres, negros e homossexuais. Dessa forma, o circo pode contribuir para a promoção da diversidade e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro aspecto relevante abordado por Vieira (2019) é a capacidade do circo de envolver diferentes públicos em projetos sociais e comunitários. Segundo o autor, o circo é capaz de dialogar com diferentes faixas etárias, classes sociais e culturas, o que pode ampliar o alcance e o impacto dos projetos sociais e comunitários.

Vieira (2019) ainda destaca que o circo pode ser uma ferramenta para a promoção da educação não formal e da cultura popular em projetos sociais e comunitários. O autor ressalta que, através do circo, é possível transmitir valores e conhecimentos de forma lúdica e participativa, o que pode contribuir para o desenvolvimento humano e para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

No contexto comunitário, o circo pode ser utilizado como uma forma de fortalecer os vínculos sociais e de promover a participação das pessoas na vida comunitária. De acordo com Grando e Vargas (2018), o circo pode ser uma forma de criar espaços de encontro e de diálogo entre as pessoas, de promover a cooperação e a solidariedade, bem como de fortalecer as identidades e as culturas locais.

Grando e Vargas (2018) destacam que o circo é uma ferramenta potencial para o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais em projetos sociais e comunitários. Segundo as autoras, a prática do circo exige dos participantes a superação de desafios e a desenvoltura em situações de risco, o que pode contribuir para a melhoria da autoestima, da autoconfiança e da resiliência.

Além disso, Grando e Vargas (2018) ressaltam que o circo pode ser utilizado como uma ferramenta para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a promoção da convivência pacífica em projetos sociais. As autoras destacam que a prática do circo envolve a colaboração e a cooperação entre os participantes, o que pode contribuir para a construção de relações mais solidárias e respeitosas entre as pessoas.

Outro aspecto relevante abordado por Grando e Vargas (2018) é a capacidade do circo de promover a inclusão social e a valorização da diversidade em projetos sociais e comunitários.

Segundo as autoras, o circo é uma arte que não exige padrões pré-estabelecidos de beleza, habilidade ou desempenho, o que permite a inclusão de pessoas com diferentes habilidades, limitações e histórias de vida.

Grando e Vargas (2018) também destacam a importância do circo como uma ferramenta de transformação social em áreas de vulnerabilidade social. Segundo as autoras, o circo pode ser utilizado para a promoção da cidadania, da participação social e da cultura de paz em comunidades marginalizadas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, Grando e Vargas (2018) ressaltam a importância da formação dos profissionais envolvidos em projetos sociais e comunitários de circo, para que possam atuar de forma ética, competente e comprometida com a transformação social. As autoras destacam que é necessário investir na formação dos artistas circenses e dos educadores sociais para que possam desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e eficazes em projetos sociais e comunitários de circo.

O circo também pode ser utilizado como uma forma de educação e de formação de valores. Segundo Lima et al. (2019), o circo pode ser uma forma de ensinar valores como a perseverança, o trabalho em equipe, a solidariedade, a resiliência, entre outros. Além disso, o circo pode ser utilizado como uma forma de transmitir conhecimentos e habilidades, como a acrobacia, a malabarismo, a palhaçaria, entre outras.

Os impactos do circo em projetos sociais e comunitários podem ser avaliados em diferentes dimensões. Segundo Oliveira et al. (2021), os impactos podem ser observados na melhoria da autoestima, da saúde mental, do desenvolvimento físico e cognitivo, na promoção da inclusão social e da cidadania, bem como na formação de valores e habilidades. Além disso, o circo pode ser uma forma de contribuir para a transformação social, promovendo mudanças nas relações sociais, culturais e políticas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as análises críticas dos autores sobre o circo como espaço de resistência e subversão oferecem insights valiosos sobre a importância desse universo artístico como uma forma de questionar, desafiar e transcender as normas sociais e políticas. Embora haja nuances e limitações em cada abordagem, esses estudos destacam a capacidade do circo de criar um ambiente propício para expressões artísticas transgressoras, permitindo que artistas e público questionem e desafiem estruturas de poder.

Através do circo, é possível explorar temas como gênero, sexualidade, raça, classe e política, rompendo com estereótipos e ampliando a compreensão e aceitação da diversidade humana. O circo como espaço de resistência também envolve a capacidade de provocar reflexões críticas e estimular a consciência social, seja através do humor e da sátira política, da representação de identidades marginalizadas ou do engajamento em movimentos de protesto e transformação social.

No entanto, é fundamental reconhecer que o circo não está imune às pressões sociais e políticas. Muitas vezes, os artistas circenses precisam se adaptar às demandas do mercado, às expectativas do público e às restrições impostas pelas instituições e governos. Apesar disso, o circo continua sendo um espaço que desafia e busca romper com as convenções estabelecidas, oferecendo uma plataforma para a expressão da liberdade, criatividade e resistência.

Portanto, as análises críticas sobre o circo como espaço de resistência e subversão nos convidam a reconhecer a importância desse ambiente artístico singular, capaz de mobilizar e inspirar através de performances que desafiam o status quo e ampliam os horizontes de possibilidades. O circo se revela como um espaço de encontro e diálogo, um lugar onde a diversidade e a subversão se entrelaçam, possibilitando a criação de novas narrativas e perspectivas, e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, crítica e transformadora.

8. JUSTIFICATIVA

Estudar o tema do circo como espaço de resistência e subversão possui várias justificativas relevantes. Em primeiro lugar, essa abordagem permite preservar e valorizar o patrimônio cultural do circo, reconhecendo sua história e tradição como forma de expressão artística. Ao compreender o circo como espaço de resistência, somos capazes de entender as dinâmicas sociais e políticas que o cercam, refletindo como os artistas circenses se posicionam diante das questões sociais e políticas do seu tempo.

Além disso, o estudo do circo como espaço de resistência amplia nossa visão sobre a arte e o entretenimento, indo além do simples entretenimento e reconhecendo seu potencial transformador. Ao explorar como o circo desafia as convenções estabelecidas, podemos compreender melhor o papel da arte e do entretenimento na sociedade.

Uma justificativa importante para estudar o circo como espaço de resistência é o empoderamento de grupos marginalizados. O circo frequentemente se torna um local onde esses grupos podem reivindicar suas vozes e identidades, encontrando espaço para se expressar e se

afirmar. Compreender como o circo funciona como um espaço de empoderamento e inclusão social é crucial para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Outra razão para estudar esse tema é a possibilidade de explorar novas formas de resistência. O circo oferece uma ampla gama de técnicas, performances e abordagens artísticas que desafiam as estruturas de poder. Ao examinar o circo como espaço de resistência, somos incentivados a pensar de forma criativa e inovadora sobre estratégias e práticas de contestação social em outros contextos.

Por fim, é fundamental reconhecer o impacto social e político do circo como espaço de resistência. Ao estudar suas manifestações e efeitos, podemos compreender como o circo pode influenciar a consciência coletiva, mobilização social e transformação política. Essa compreensão é valiosa para explorar o potencial do circo como uma forma de engajamento cívico e ativismo.

Essas justificativas destacam a importância de estudar o circo como espaço de resistência e subversão, reconhecendo sua relevância cultural, social e política. Ao mergulhar nesse tema, somos capazes de aprofundar nossa compreensão das dinâmicas do circo, suas implicações sociais e as possibilidades de transformação que ele oferece.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. Circo, transgressão e resistência. Editora X, 2020

ANDRADE, A. M. O circo como espaço de resistência e subversão: um estudo interdisciplinar. Revista de Estudos Culturais, v. 8, n. 2, p. 45-58, 2013.

COELHO, M. Circo-teatro brasileiro: resistência e utopia. Revista Brasileira de Estudos de Teatro, v. 57, p. 111-121, 2011.

CUNHA, R. Circo, diversidade e arte-educação. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 33, n. 1, p. 145-161, 2010.

DAHLER, M. O circo da democracia: circulação política e performances circenses nas manifestações populares de 2013 no Brasil. Revista Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 375-394, 2015.GRANDO, M.; VARGAS, M. Circo social como instrumento de participação comunitária e transformação social. Revista de Psicologia y Ciencias del Comportamiento, v. 10, n. 1, p. 27-43, 2018.

GUTIÉRREZ, C. A. A origem histórica do circo: das práticas de exibição de habilidades às espetacularidades contemporâneas. Estudos em Comunicação, v. 21, n. 1, p. 11-28, 2017.

HUBBARD, J. The Circus in Nineteenth-Century American Culture. Indiana University Press, 2018.

LIMA, F. Circo Crescer e Viver: uma experiência de circo social no Rio de Janeiro. Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2015.

LIMA, F. et al. Circo, inclusão social e desenvolvimento humano: um olhar sobre a experiência do projeto Circo Crescer e Viver. Revista Psicologia e Sociedade, v. 31, p. e2018037, 2019.

LEGRIS, S. The queer circus: performing sexualities and genders under the big top. Palgrave Macmillan, 2019.

MARTIN, C. S. Trapezes and trapezoids: circus women in fin-de-siècle France. Women's Studies Quarterly, v. 32, n. 1/2, p. 44-57, 2004.

OLIVEIRA, F. et al. Circo social: uma análise dos impactos socioemocionais em projetos sociais. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 24, n. 2, p. 177-192, 2021.

POMIAN, K. O circo: representações e reconstruções. Estudos Históricos, v. 5, n. 9, p. 261-268, 1992.

VIEIRA, R. M. Circo e transformação social: perspectivas e possibilidades de uma arte inclusiva. Revista de Extensão e Cultura, v. 16, n. 31, p. 76-92, 2019.

WATERS, S. Contemporary Circus: An Introduction. Routledge, 2021.

ZAGALO, V. Cirque du Soleil: A reinvenção do circo. Revista de Gestão, v. 21, n. 4, p. 469-484, 2014.